

CANUDOS, UM GRITO PELA TERRA CONTRA A VIOLÊNCIA

Um paralelo com os Atos dos Apóstolos

José Artur Tavares de Brito

“Não havia entre eles nenhum necessitado, porque todos os que possuíam campos ou casas vendiam e traziam o resultado da venda e punham-no aos pés dos apóstolos e se repartia para cada um de acordo com as necessidades” (At 4,32-37).

Introdução

Este texto sobre Canudos é, ele mesmo, uma peregrinação. Peregrinação de um povo que não se rendeu. Hoje, mais de cem anos depois, há um tremor de vida em torno das terras secas de Canudos. Caminhando nos sertões de Canudos por conta do seu centenário ouvi testemunhos inéditos. Um deles foi de dona Jarmelinda (103 anos), filha de moradores de Canudos. Deitada numa cama de vara e não mais enxergando. Quando pedi para ela falar sobre o Conselheiro recebi a seguinte resposta: “vomicês são da parte da força ou do Conselheiro?”

A violência contra o povo de Canudos foi tanta que seu eco rompeu o centenário. O que está contido na resposta de dona Jarmelinda? Para ela é como se fosse hoje. Os que estão a favor ou contra o Conselheiro. Os que estão a favor ou contra o povo de Canudos. A história de Canudos passa a ser um divisor de águas. O tema de Canudos atrai porque, como que intuitivamente, muitos sentem que aí palpita um cristianismo das origens. Como não lembrar do livro dos Atos dos Apóstolos?

A leitura deste texto convida-nos a olhar para a terra. O que fizeram dela? O que o Conselheiro e Canudos propuseram como alternativa de vida? A fé religiosa do Conselheiro e do povo de Canudos podem nos dar uma luz. A experiência vivida em Canudos reforça a afirmação de um retrato das primeiras comunidades cristãs.

1. Canudos: O grito pela terra contra a violência

O grito pela terra é, sem dúvida nenhuma, o grito mais forte, mais dramático e mais desesperado que se escuta em toda a América Latina.

A história que nossos anciãos contam é precisamente a história que precisaria ser contada às crianças de hoje. É a história viva, violenta, silenciada, marginalizada e resistente.

Constatamos, sem muita delonga, que “a terra está enferma e ameaçada” (BOFF, 1995, p.13). As terras massacradas do Belo Monte (Canudos) devem ser entendidas dentro da história dolorosa de vários séculos de dominação. Bem antes da República e

do Império o gemido e a dor das populações do interior tiveram início. Até Canudos temos quatro séculos de direitos ultrajados (1492-1893/1897). Na realidade Canudos foi a resposta mais clara à classe dominante (governo, militares, latifundiários) sobre a questão da terra. Esse rosário doloroso vem até os dias atuais. No Brasil, após o fenomenal episódio de Canudos, outros movimentos de camponeses se afirmaram contra a prepotência e a ganância dos poderosos: Contestado em Santa Catarina (1912), onde surge o beato João Maria que junta as esperanças dos pobres numa luta contra o coronel e grande latifundiário, líder político local. Já no Ceará surge a comunidade do Caldeirão (1930), em torno do beato Zé Lourenço que, a exemplo de Canudos, afirma a luta pela terra e na terra.

Em todas as fases da história vemos que a questão da terra decidiu a vida e a morte de populações inteiras. Aqui no Brasil e em toda a América Latina o processo de colonização foi por assim dizer a negação da vida.

1.1. A terra na América Latina

“Terra à vista”. Os europeus conquistadores sentiam-se realizados quando podiam gritar essa expressão e plantar a bandeira de seus países em terras como as nossas, que tinham uma história de culturas e tradições milenares. Aqui viviam os povos de Abia Ayala, nome que os indígenas Kuna, do Panamá, davam ao que hoje denominamos América Latina, significando “terra adulta, terra fecunda”.

Sabemos que, quando Cristóvão Colombo “encontrou” terras que a Europa desconhecia, a Espanha era uma região devastada pelas guerras contra a invasão árabe, Paris era uma aldeia enorme e miserável e, em geral, a branca e avançada Europa era pobre e castigada pela peste. Nessa mesma época, Tenochtitlán era um centro urbano de mais de meio milhão de pessoas, sob vários aspectos, muito mais organizada que sua versão atual, a Cidade do México.

O que os colonizadores, os neocolonizadores, parecem “esquecer” é que essas terras estavam povoadas bem antes de sua chegada. Nós latino-americanos continuamos a aprender nossa própria história bebendo de uma única fonte, a Europa. É preciso termos determinação e identidade própria para afirmarmos que na América Latina a Grande Mãe-Terra era respeitada pelos seus filhos nativos. Aqui as terras tinham dono. Havia cerca de 2.200 nações com suas culturas, suas línguas e suas religiões. Moravam nestas terras há quase 40.000 anos. Os europeus “invadiram” nossas terras tornando-as cativas e tornando escravos os humanos que as habitavam.

De fato, a história dos 500 anos é a história da gradual escravização da terra. Isso porque a escravidão de um povo, uma aldeia ou uma pessoa, geralmente, se fundamenta na história de uma invasão de sua terra. Recordar, portanto, a história dos 500 anos de terra cativa é recordar o pesadelo de um verdadeiro genocídio.

1.2. Terra: Questão de vida ou morte

A problemática da terra sempre foi um dos temas mais críticos, na América Latina, ao se refletir sobre a justiça. Sua posse e seu uso têm causado inúmeros conflitos, acompanhados de mortes. Na realidade, “acontece que a propriedade e o controle da terra determinam quem vive e quem morre” (MAY, 1988, p.13). Nesses 500 anos, desde que Colombo e seus navegantes colocaram os pés em nossas terras e gritaram “terra”, esta tem sido a base da cobiça e do poder, afundando um processo trágico de exploração das terras de depauperamento de milhões de pessoas. O que o documento de Puebla afirmou em 1979, “os ricos ficam cada vez mais ricos, às custas dos pobres cada vez mais pobres” (PUEBLA, 1979, p. 27), pervade todos os 500 anos de espoliação da terra e de seus habitantes.

A terra era uma questão de vida ou morte para a Coroa Portuguesa. É nessa compreensão que vamos entender a devastação de nossas terras. De fato, foi de muito cedo que o território brasileiro começou a se tornar cativo, no intuito de ser gerador de riquezas para a Coroa.

O processo de lusitanização do Brasil explica e legitima a ganância dos exploradores da terra. Na perspectiva lusitana, a nova terra era de fato um presente de Deus, sendo por isso designada inicialmente como Ilha de Vera Cruz, e logo em seguida como Terra de Santa Cruz. A nova terra, porém, passa a ser incorporada ao domínio da Coroa Portuguesa que, naturalmente, já se sentia nesse direito, ratificado e sacralizado pela autoridade pontifícia. A descoberta dos novos territórios, em abril de 1500, veio apenas confirmar o direito real sobre essa região. De fato, é em nome da Coroa Lusitana e da Fé Católica que Cabral toma posse solenemente da terra. Diante de uma cruz plantada no chão, Frei Henrique de Coimbra celebrou o rito da missa. Não sem razão, o pensador católico Júlio Maria se referia a esse evento como a “posse divina” da terra. Nesse contexto, então, a terra era um “dom” de Deus que passava pela autoridade do rei e de seus súditos em cada região. E para ter parte nesse “presente divino” (terra) era preciso seguir as ordens daqueles revestidos com poder de decidir sobre a vida das populações. E o grito de guerra contra os infiéis era repetido constantemente pelos colonizadores: “Crê ou Morre!”

O Brasil, no decorrer de sua história, consolidou uma estrutura fundiária iníqua e desigual, baseada na concentração desmedida da terra e na exclusão inaceitável de seu povo, que se mantivera inalterada há séculos. As relações com o regime latifundiário eram mantidas através da oligarquia rural que continuara no poder de geração em geração, perpetuando a situação de desigualdade e injustiça no campo.

Marx, no final do século XIX, analisara que o capital, em seu desenvolvimento, se apropria lenta e gradualmente da agricultura.

Seguindo esse caminho aberto por Marx, a análise filosófica da realidade brasileira, no que toca a sua histórica estrutura fundiária, exige aprofundamentos. Aqui, o

projeto colonizador privilegiava alguns poucos grandes proprietários de terras que se associavam aos interesses da oligarquia rural, através de um processo de loteamento do país, iniciado na época das capitanias hereditárias.

Nesse contexto, vemos que se aprofundava cada vez mais a distância entre os que tinham terra e a grande maioria da população brasileira, à mercê seja do Império, seja da república. Aqui, por fim, por força das formas concretas das contradições sociais mediadas pela terra, a luta popular de Canudos se reveste de uma profunda dimensão revolucionária, pois ao se combater o regime latifundiário se está combatendo o próprio capital.

2. Canudos: Um marco na luta pela terra no Nordeste

Para entender Canudos é necessário mergulhar na história vivida pelos sertanejos do século XIX. O que era o Sertão do Nordeste nesta época? Qual era a situação política, econômica, religiosa e social?

Só através de um estudo atento e honesto poderemos descobrir o quanto tantas histórias foram escondidas ou contadas como meias verdades. O capitalismo agrário não conseguiu se impor de forma absoluta. Em muitos momentos o povo pobre e oprimido fez história e respondeu com uma experiência de vida.

2.1. O capitalismo agrário e a resposta camponesa

A partir de meados do século XIX inicia-se o processo de dissolução da dominação senhorial. O capitalismo agrário traz consigo a dissolução da dominação pessoal, exercida pela classe senhorial sobre a massa camponesa (OLIVEIRA, 1985, p. 239).

O que acontece aqui é característica do mesmo traço estrutural que é a troca de relações. Passa da dominação pessoal para a impessoal. A dominação senhorial é exercida pelo grande proprietário de terra sobre os camponeses aos quais ele concede uma área de terra para o cultivo. A dominação senhorial (relação pessoal) funda-se nos laços de lealdade entre dominante e dominado. O cimento que consolida esta relação é a prestação de serviços em troca de proteção. A relação de dominação senhorial é consolidada pelos laços de compadrio. Já o capitalismo agrário (relação impessoal) vem dissolver a dominação pessoal, porque retira a capacidade da classe senhorial de assegurar a proteção à massa camponesa.

Com a própria base da dominação senhorial caindo por terra, o camponês encontra-se, portanto, desprotegido diante de um mundo que ele não compreende. A não compreensão da nova ordem vigente se aguça cada vez mais na medida em que sua condição socioeconômica piora. Na nova realidade o camponês se vê obrigado a pagar uma renda pela terra ou, então, a vender sua força de trabalho no mercado. Um reflexo dessa realidade aparece claramente em 1893 quando, na Vila do Soure, no Nordeste baiano, seguidores do Conselheiro despedaçam as tábuas municipais onde figu-

rava a cobrança de impostos estabelecidos pelas autoridades locais e que recaíam sobre as camadas mais desprotegidas, porque ninguém ousava cobrar aos grandes fazendeiros. E esse ato de rebeldia foi praticado em diversas cidades do sertão.

Diante de tal situação, o camponês reage de várias maneiras. Alguns enveredam pelo caminho do banditismo ou marginalidade social, outros optam pela migração para outras regiões e outros ainda pelo protesto religioso. Por conseguinte, o movimento camponês de Canudos assume características de protesto religioso contra a dominação impessoal imposta pelo capitalismo agrário. Acabou-se a escravidão (1888) e veio a República (1889), no entanto continuava a estrutura fundiária excludente, através do latifúndio.

2.2. O movimento de beatos e beatas: Afirmação de uma Igreja de leigos

O movimento de beatos e beatas no Brasil foi mais forte na segunda metade do século XIX (BARROS, 1996, p. 55). A condição de beato não era extraordinária. Já nessa época um padre – Ibiapina – fazia missões populares pelo interior, pregando, curando, fundando confrarias para cuidar de orfanatos e escolas, estimulando o povo a construir açudes e estradas, enfim, exercendo uma atividade religiosa e social junto à população do sertão tendo granjeado muita fama. Tudo indica que, depois do Padre, Mestre Ibiapina, muita gente decidiu seguir seu exemplo, seja formando confrarias de beatos, seja tornando-se beato itinerante, como foi o caso de Antônio Vicente Mendes Maciel que, em alguns momentos, acompanhara o grande missionário Ibiapina.

O movimento de beatos e beatas era, sobretudo, um modo de ser Igreja longe dos centros religiosos institucionais que, na época, foram atingidos pela romanização. O beato ou a beata quase nunca encontrava um padre, mas ele ou ela representava uma Igreja de leigas e leigos consagrados, a serviço dos desvalidos da sociedade ou dos “mal-aventurados”, como dizia um beato na última década do século XIX (Prédicas de Antônio Conselheiro). O beato tem, normalmente, um momento de andanças constantes em sua vida. Poucas vezes a existência dos beatos foi registrada pelos historiadores, exceto em casos de grande repressão, que envolveram a força militar, agindo conjuntamente com capangas dos latifundiários como foram os casos das comunidades rurais do Contestado, em Santa Catarina, de Canudos, no interior da Bahia, e do Caldeirão, no Cariri cearense.

Os beatos e beatas eram conselheiros e conselheiras nos lugares mais afastados. Sempre em mutirão, construíam casas, cemitérios, igrejas, plantações e roçados. Era através do trabalho honesto que os beatos e beatas congregavam, em torno de si, pessoas que se constituíam em comunidade, a partir de uma profunda motivação religiosa. Como para os primeiros cristãos, a mística da fraternidade era um ponto alto nas comunidades acompanhadas por estes conselheiros e conselheiras dos pobres desvalidos. Segundo pesquisas históricas mais recentes, os beatos e beatas eram pessoas extremamente lúcidas.

A experiência da penúria, o contato diário com a miséria das populações interiores do Brasil, o sentimento contínuo da marginalização social foram, sem dúvida, fontes donde brotava a lucidez (HOORNAERT, 1991, p. 108).

O movimento de beatos e beatas é de uma profundidade fantástica. A reflexão e a ação faziam com que as “classes subalternas” adquirissem uma nova visão do mundo. A “Filosofia da Práxis” é um caminho seguido por este movimento. Foi desencadeado um processo histórico que levou os oprimidos, “as classes subalternas à compreensão de si mesmos como classe para si” (STACCONI, 1982, p. 74). Nesse sentido, a prática do movimento de beatos e beatas, fundamentalmente, era viver o “ora et labora”: oração e ação – lema de grandes ordens religiosas que tem um significado profundo para Filosofia da Práxis. Seu sentido é fazer a crítica ao estado atual daquelas classes e desmascarar as condições reais em que viviam as populações sertanejas. No estilo dos profetas da Bíblia, surge no Sertão do Ceará um homem que vai se identificando com as aspirações do seu povo.

2.3. *O Conselheiro antes de Canudos*

Antônio Conselheiro era conterrâneo do Padre Cícero do Juazeiro, ambos eram cearenses. Só que Antônio Conselheiro nasceu antes do Padre Cícero. O menino Antônio Vicente Mendes Maciel nasceu na pequena cidade de Quixeramobim, na então província do Ceará, a 13 de março de 1830 (existem outras fontes que situam o nascimento de Antônio Conselheiro em 1828). Era filho, com mais duas irmãs, de Vicente Mendes Maciel e Maria Joaquina de Jesus, conforme consta nos assentamentos feitos quando do seu batizado, poucos meses após:

Aos vinte e dois de maio de mil oitocentos e trinta batizei e pus os santos óleos nesta Matriz de Quixeramobim ao párvulo, Antônio, pardo, nascido aos treze de março do mesmo ano supra, filho natural de Maria Joaquina: foram padrinhos, Gonçalo Nunes Leitão e Maria Francisca de Paula. Do que, para constar, fiz este termo, em que me assinei. O Vigário, Domingos Álvaro Vieira.

Sendo filho de Vicente Mendes Maciel, Antônio Vicente era descendente direto dos Maciéis, família de posses modestas, composta na maioria de vaqueiros, mas que passou aos anais das lutas familiares dos sertões cearenses como um símbolo de destemor e de valentia.

O pai de Antônio Vicente procurou educá-lo da melhor maneira possível, graças aos recursos advindos de sua casa comercial e do aluguel de algumas propriedades que tinha na vila.

O pai de Antônio Vicente provavelmente quis ajudá-lo a ter um futuro diferente daquele que estava envolvendo a família na época. Os Maciéis eram vizinhos dos Araújo e, por acusações recíprocas de roubo, teve início uma sequência de lutas, resultando em grande número de mortes em ambas as famílias. Como era tradição no Nordeste, a vingança estimulava a vingança, num ciclo interminável de mortes.

Os Araújo acusavam os Maciéis de terem cometido alguns roubos em suas propriedades. Esta acusação era falsa e infundada, não passando de um pretexto para expulsar os Maciéis da região. As brigas de família, no sertão, tinham sempre como fatores determinantes a luta pela terra e pelo poder político. E a tudo isso Antônio Vicente assistia, o que foi lhe dando experiência como sertanejo e, no dizer do poeta, “a ver a morte sem chorar”.

Da infância de Antônio Vicente pouco ou nada se sabe. É difícil duvidar que lhe faltasse ânimo para as práticas próprias da idade e da meninada do sertão, quase sempre muito ocupada a escarrear bodes e carneiros e nas desalmadas perseguições aos passarinhos.

Para tristeza do menino Antônio Vicente, os Araújo assassinaram seu avô, e sua mãe morreu logo depois. Ele tinha apenas 6 anos de idade e três irmãos menores.

Ao enviuvar, seu pai casou-se de novo, pensando em restabelecer a felicidade familiar, mas a nova esposa era desequilibrada e tinha especial prazer em maltratar o pequeno Antônio.

Mesmo assim, o menino era aplicado nos estudos e aprendeu matemática, geografia, português, francês e latim na escola do professor Ferreira Nobre. Talvez encontrasse nos novos conhecimentos uma alegria que sabia não poder encontrar no próprio lar.

Ao morrer o pai, em 1855, Antônio Vicente tinha 27 anos e assumiu os negócios, passando a cuidar das irmãs até que elas se casassem.

Aquele que fora um menino estudioso, aplicado, procurou ser um homem correto. O comércio que herdara do pai não se desenvolvia bem, mas ele conseguiu prolongar o prazo de pagamento das dívidas, colocando seus bens como garantia hipotecária aos credores. Se não pagasse as dívidas, perderia tudo.

Casou-se nessa época com uma prima chamada Brasilina e, em seguida, fechou a casa comercial, deixando algumas dívidas pendentes.

Para sobreviver com a mulher e um filho, Antônio Vicente passou a trabalhar como professor na escola de uma fazenda da região.

Depois deixou o magistério e percorreu várias localidades do interior do Ceará: Sobral, onde trabalhou como caixeiro; em Tamboril desempenhou a função de escrivão de Juiz de Paz, e em Ipu, onde se tornou advogado provisionado, ou seja, advogado sem diploma. Antônio Vicente era um homem inteligente e versátil que aprendeu fazendo, praticando, trabalhando.

Todas essas ocupações deram a Antônio Vicente a oportunidade de exercitar seus dons oratórios e de escritor e de conhecer melhor a “justiça” dos sertões, manipulada pelos ricos e poderosos fazendeiros – os “coronéis” – que a usavam contra seus adversários, principalmente os pobres e fracos sertanejos.

Não bastassem tantos sofrimentos desde a infância, somou-se o fato de sua mulher Brasileira ter fugido com um militar, o sargento João da Mata.

Diante de tantas adversidades, Antônio Vicente procurou reagir buscando um novo caminho. Podia escolher entre a vingança típica de seus parentes e adversários e tornar-se mais um criminoso, ou continuar a ter a vida honrada que tivera até então. A partir daí começam os caminhos incertos de um andarilho.

2.4. Canudos: A Canaã do Sertão

Antônio que se tornaria o Conselheiro do Sertão caminha em torno de vinte anos pelo Nordeste da época. Isso acontece antes de se estabelecer em Canudos na Bahia. Em 1893 foi iniciada a formação da cidade comunitária de Canudos. Os camponeses descobriram na pregação do Conselheiro um chamado para mudar a situação e um apelo para construir uma comunidade sem exploradores e explorados, onde a vontade do povo fosse respeitada. Chegavam a Canudos famílias que vendiam ou que deixavam suas pequenas propriedades, ex-escravos, indígenas e sertanejos que corriam do sofrimento. Chegando a Canudos logo encontravam aconchego. Não faltava mutirão, comida e reza. Rapidamente a comunidade foi crescendo e em poucos anos se tornou uma das maiores do Nordeste. Tinha 25.000 (vinte e cinco mil) habitantes, chegando a ser a maior cidade do estado da Bahia depois da capital Salvador.

A pregação do Conselheiro insistia em dizer que a terra tem um dono só. Se a terra é dom de Deus, os camponeses podiam ocupá-la. Inspirados nesses preceitos divinos e nas necessidades concretas do povo, os camponeses iniciaram a ocupação das terras, até então improdutivas e abandonadas. Assim se expressou o historiador Edmundo Moniz:

Canudos era uma velha fazenda abandonada com palhoça de pau a pique, à margem do Vasa-Barris ou Ipapiranga, quando Antônio Conselheiro aí chegou em 1893. Ali os fiéis podiam construir o seu lar, sem se sujeitarem aos caprichos das autoridades policiais nem dos grandes proprietários de terra (MONIZ, 1988, p. 43).

E a tentativa de criação de uma comunidade igualitária em uma terra livre no sertão da Bahia logo atraiu a ira dos latifundiários da região que viviam explorando os camponeses. De fato, seria muito perigoso para eles se as ideias do Conselheiro se espalhassem pelos sertões e surgissem outros Canudos. Daí a decisão de acabar com Canudos foi compartilhada pelos fazendeiros, pelo governo e pelos militares, com a bênção da Igreja na época.

A experiência de Canudos foi taxada de antirrepublicana, mas não correspondia à realidade dos fatos.

Na realidade, a República já nasceu apodrecida pela erva daninha da injustiça e da desigualdade social. A questão da terra ficou sempre intocável, tanto no Império

como na República. O movimento iniciado por Antônio Conselheiro antecede à República, pois desde 1874 o beato Conselheiro percorria todo o sertão, tendo sido inclusive perseguido duramente pelo Império. O que o beato Antônio Conselheiro percebe é que a situação dos pobres do campo continua sem alteração.

A ideia básica, na experiência de Canudos, foi viver o comunismo dos Atos dos Apóstolos. Com certeza ninguém em Canudos leu Marx ou Engels, mas viviam na inspiração do cristianismo primitivo e nos anseios das massas camponesas.

Canudos ficava num cenário que lembrava as paisagens descritas na Bíblia: uma região árida repleta de caatingas, rodeada por cinco serras ásperas e atravessada por um rio, o Vaza-Barris. Os caminhos eram difíceis e traiçoeiros. A vegetação era pobre e espinhenta, formada por mandacarus, xiquexiques, macambiras, catumbis, juás, palmatórias, quixabas, baraúnas, favelas, etc. As serras Canabrava, Cocorobó, Calumbi, Cambaio e Caipã envolviam o espaço num “abraço” natural.

Canudos tornou-se um oásis no sertão do norte da Bahia e, rapidamente, cresceu em importância econômica e social. Canudos passou a exercer, dentro de pouco tempo, uma forte atração sobre os sertanejos e sertanejas mais humildes. Dirigia-se para lá gente de todo o sertão baiano e de alguns estados do Nordeste. Eram pessoas que vendiam seus recursos como gado e terra. A presença indígena em Canudos é um dado real, pois existia presença de índios de Miradela e Rodela. Tudo indica que os índios presentes em Canudos eram da nação Kiriri. A presença de negros era o dado mais revelador de que em Canudos se juntavam pretos “libertados” pela Lei Áurea como também outros marginalizados: doentes mentais, aleijados e incapacitados. A composição social de Canudos era muito heterogênea. E essa heterogeneidade que compunha a sociedade estabelecida em Belo Monte teve um cimento unificador que era o aspecto religioso (CABRAL, 1985, p. 24).

Em Canudos se formava opinião. Aos poucos ia sendo criada uma visão de mundo. Após o trabalho diário, todos os que quisessem, se reuniam diante das igrejas para participar das celebrações comunitárias.

À medida que Canudos crescia, foram definidas algumas funções especiais que Conselheiro atribuiu a pessoas de sua confiança: João Abade recebia os recém-chegados e coordenava os mutirões; Antônio Beato era o “repórter” de Canudos; Maria Francisca e Marta Figueira eram professoras; Timóteo era o sineiro; Manuel Quadradão era encarregado da saúde; Pajeú era o comandante militar encarregado de defender a cidade; Antônio Vila Nova guardava as armas e munições.

A história do grande acontecimento que foi Canudos, a luta de Antônio Conselheiro e sua gente foi a resistência na terra. E para isso o povo encontrou um jeito, um modo que contrariava o jeito dominante na época. Para isso lutou contra todo o poder opressor até as últimas consequências. O fato de Canudos ter resistido até o fim, sem se entregar, comprova o grau de convicção da comunidade de Antônio Conselheiro. A

fé popular vivida em Canudos era um alimento que garantia a resistência na terra. Só o poder da fé, e a fé religiosa, fazia aquela gente proceder daquela forma. De fato, em Canudos existia um Catolicismo Popular com um chão bem concreto. Em Canudos houve uma experiência concreta de Comunidade Eclesial de Base, como chamamos hoje. E porque não dizer que Canudos foi uma experiência bem-sucedida de Reforma Agrária, se foi um assentamento que deu certo?

A produção e comercialização estavam na pauta do dia de Canudos. Toda a organização era para, principalmente, suprir as necessidades da comunidade. Uma das fontes de renda da comunidade era a venda de peles de cabra, que a República exportava, inclusive. A importância da cabra na economia de Canudos era decisiva porque dava o alimento-leite-carne e o couro, para roupas e sapatos. O excedente vendia-se aos comerciantes que o levavam para Salvador, e, o couro de cabra chegou a ser um dos mais importantes produtos de exportação da economia baiana. Com isso podemos ver o quanto o jeito do povo se organizar representava uma resposta inteligente para enfrentar as dificuldades da época. De fato, “dentro do quadro de suas limitações, o homem mesmo cria seu jeito de agir ou de esquivar-se, e assim demonstra o que ele é e quer ser e como escrever a continuação de sua história” (LEERS, 1982, p. 15). O fato histórico *A Guerra de Canudos* articulado às feições camponesas, em torno de um líder carismático nos sertões da Bahia, no último quartel do século XIX, enseja um conjunto de reflexões que não só cria condições para se (re)pensar a questão camponesa no Brasil, como também serve de trilha por onde se penetra nas redes de poder, quer na perspectiva das representações simbólicas (ideologia e mentalidade), quer a partir das estruturas de dominação constitutivas da sociedade brasileira.

Podemos perceber que na experiência de Canudos se plasmou o embrião de uma Teologia da Libertação. Uma teologia cujo conteúdo está impregnado em seu seguidor, cujas verdades foram trabalhadas em sintonia com o tempo, cujos valores não se deixaram mascarar pelo discurso enganador da elite republicana e do Frade Capuchinho João Evangelista de Monte-Marciano que liderou uma missão para desmobilizar Canudos.

3. A ética de Canudos e seu plano existencial

Veremos que Canudos afirmou uma ética baseada na justeza do convívio social respeitoso. A partir da convivência real o povo de Canudos, sob orientação do Conselheiro, decidiu seu próprio destino. Afirmou também um plano existencial que incomodava as elites estabelecidas da época.

O povo de Canudos tomou partido e fez a sua história. Canudos deu uma lição de maturidade. Canudos não deixou que outros decidissem o seu futuro. Canudos não se omitiu. Canudos não se acovardou.

3.1. O projeto ético de Canudos

O fato de Canudos ter resistido até o fim, sem se entregar, comprova o grau de convicção e de postura de vida. Em Canudos imperou a ética. Não a ética da conve-

niência, o que seria a saída mais fácil, mas a ética da solidariedade. E isso foi vivido pela comunidade até as últimas consequências.

Canudos não partiu do que os “homens” estavam pensando ou imaginando, mas partiu exatamente da ação, do processo de vida real. E nesse sentido Marx escreveu de forma lapidar que “não é a consciência que determina a vida, mas a vida que determina a consciência” (MARX, 1982, p. 37).

Canudos não importou modelos políticos, econômicos e educacionais estranhos à vida do povo. Canudos, no seu jeito, foi o centro da consciência crítica, da negação de nossas falsificações existenciais. E assim Canudos representou uma ameaça a toda elite que manipula a verdade.

Canudos foi profundamente ética. Canudos não deixou que outros decidissem o seu destino. Na sua origem manifestou-se como um ser “vacionado” a ser sujeito – não objeto –, alguém – não algo –, pessoa – não simples indivíduo.

A afirmação como sujeito livre levou Canudos a ser uma ilha de liberdade cercada de tirania por todos os lados. Mas Canudos não se submetia a um comportamento contrário a seu projeto. Canudos exigia autodeterminação. Canudos foi destruída, mas não derrotada. Canudos enfrentou a morte. Os militares republicanos destruíram Canudos. Mas Canudos venceu. Canudos só foi inferior em número potencial de armas. No resto, em tudo foi superior.

A violência que se abateu sobre Canudos veio de fora. Ela veio do lado daqueles que pregavam a “ordem”. Dizia-se que Canudos estava “ofendendo a religião e perturbando a ordem pública”. Isso bastou para deflagrar um processo de anulação do outro por meios violentos. Aqui o grande pedagogo Paulo Freire reflete sobre essa questão:

Basta... que os homens estejam sendo proibidos de ser mais que a situação objetiva em que tal proibição se verifica seja, em si mesma, uma violência... porque fere a ontológica e histórica vocação dos homens – a de *ser mais*. Como poderiam os oprimidos dar início à violência, se eles são o resultado de uma violência? Como poderiam ser os promotores de algo que, ao instaurar-se objetivamente os constitui? Não haveria oprimidos se não houvesse uma relação de violência que os conforme como violentados em uma situação objetiva de opressão. Inauguram a violência os que oprimem, os que exploram, os que se reconhecem nos outros; não os que são oprimidos, os explorados, os que não são reconhecidos pelos que os oprimem como outro. Inauguram o desamor, não os desamados, senão os que não amam, porque só se amam. Os que inauguram o terror não são os débeis, que a ele são submetidos, senão os violentos que, com seu poder, criam a situação concreta em que se geram os “demitidos da vida”, os esfarrapados do mundo. Quem inaugura a tirania não são os tiranizados, senão os tiranos. Quem inaugura o ódio não são os odiados, senão os que primeiro odiaram. Quem inaugura a negação dos homens não são os que tiveram sua humanidade negada, senão os que negaram, negando também a sua (FREIRE, 1984, p. 45).

A história do Brasil deve um reconhecimento a Antônio Conselheiro e Canudos como seu patrimônio. Uma reflexão crítica e sincera sobre Canudos questiona o sistema atual de mentalidade totalitária e fechada. Temos que romper a mentalidade que afirma que a cultura rural é sinônimo de atraso. Essa mentalidade ainda existe atualmente e vem da filosofia grega. A filosofia clássica grega é filha da cidade. O lugar da filosofia para Aristóteles é a cidade. Então viver na cidade (*pólis*) significa ser homem verdadeiro. Já naquela época, na Grécia, os lavradores começaram a ser menosprezados.

Hoje, os lavradores continuam sendo menosprezados. Pois se faz necessário uma reflexão que revele o reverso da história. E aí não se trata só de reconstruir o passado ou disputar o presente, mas de abrir o futuro, isto é, trata-se de transformar, trata-se de libertar a terra para que o povo viva. E o povo camponês, lavrador, a exemplo de Canudos, é sujeito atuante nesse processo.

3.2. Canudos afirmou um plano existencial de consolidação humana

Canudos foi além daquilo que fizeram de si. E ir além daquilo que fizeram de si significa certamente empenhar-se na construção de um mundo onde a solidariedade e a justiça sejam os valores que norteiam a convivência humana.

O culto da tolerância e do amor reinou em Canudos. Lá aconteceu a “humanidade em solidariedade universal” (OLIVEIRA, 1985, p. 68). E a materialização histórica desta forma de vida nos é dada pelas aspirações objetivas manifestadas pelo projeto existencial do povo de Canudos.

O princípio que norteou a relação pessoa-terra foi a integralidade. A terra para a população de Canudos era bem mais que um simples meio de produção ou mera fonte de lucro, riqueza e poder. A terra, em Canudos, não era para concentrar ou especular. Era sim o espaço de vida em suas diversas formas. Era o sinal maior da interdependência e da comunhão entre os seres vivos. Existia uma “consciência ética” que significa abertura para se escutar a voz do outro. Consciência que se abre num processo de humanização e que se abre cada vez mais ao que é exterior a ela, tendo critérios de discernimento. A afirmação do outro enquanto outro possibilitou a negação da dialética do senhor e do escravo. Outro princípio é o da gratuidade. Antes de a terra ser dos humanos, ela pertence a si mesma e a seu criador como nos diz o próprio Conselheiro: “A terra não tem dono, a terra é de Deus, e como tal deve ser conservada”.

Canudos era um oásis no deserto da fome brasileira: ali não havia miséria de espécie alguma. E essa condição humana foi possível porque houve, de fato, o que poderia ser chamado de reforma agrária de origem popular. Os oprimidos reunidos em Canudos emergiram de um submundo ao qual estavam submetidos. Houve uma libertação integral porque “a libertação” aconteceu em etapas que foram se dando durante todo o processo. E com certeza o Conselheiro juntaria seu anseio, praticado em Canudos, com a reflexão feita por um outro cearense chamado Helder Câmara:

A meta por alcançar é a de um ser humano livre e consciente, numa progressiva libertação de mil servidões, para que possa crescer sua liberdade fundamental: ser livre até poder libertar-se de si mesmo e poder dar-se aos outros (CÂMARA, 1984, p. 24).

Na experiência de Canudos só se podia organizar a terra com Deus. “Só Deus é grande”, pregava o Conselheiro. E em nome dele se organizou a economia, a vida social e a vida política. A convicção da comunidade de Canudos veio pelo poder da fé. Só o poder da fé, e fé religiosa, fazia aquela gente proceder daquela forma; coerentes e íntegros. O humanismo de Canudos não foi exclusivo, pois se assim fosse seria desumano. O humanismo de Canudos foi aberto ao outro, ou, como se diz na teologia, ao totalmente *outro*. É nesse sentido que Canudos foi além de si. A partir desse chão podemos afirmar que Canudos viveu e foi uma profecia da vitória. Foi a história de uma grande romaria da terra. Lembrando que o povo da Bíblia nasce de uma romaria. “Parte!” (Gn 12,6).

4. Fontes em que bebeu Antônio Conselheiro

Na tradição do movimento dos beatos e beatas do Nordeste há exceções na regra. A regra é que na sua grande maioria as beatas e beatos era gente muito ligada à roça e não tinha conhecimento das letras. Não sabia ler nem escrever. Nesse ponto Antônio Conselheiro significou uma exceção. O beato Antônio Conselheiro tinha um conhecimento universal, muito significativo para a época. É o que veremos ao analisar as fontes que bebeu o beato.

4.1. Referencial bíblico – Os Atos dos Apóstolos

Estudando Antônio Conselheiro vemos, já na sua infância, profundo interesse por literatura de caráter religioso. Fazendo uma análise acurada de suas prédicas percebemos conhecimento, com profundidade, dos textos bíblicos e da história do cristianismo. A pregação do Conselheiro e seus escritos demonstravam referências constantes a livros que narravam a vida dos apóstolos e dos primeiros cristãos.

Percebemos de imediato uma aproximação do pensamento e do jeito de vida comunitária ou itinerante dos cristãos primitivos. O apóstolo Paulo foi, sem sombra de dúvida, o maior peregrino relatado nos textos bíblicos. A maneira itinerante e de formar comunidade influenciou profundamente o pensamento e a práxis do beato Antônio Conselheiro.

O livro dos Atos dos Apóstolos foi escrito provavelmente entre 80 e 90 dC. Seu autor é o mesmo do terceiro evangelho. Desde o século II, a tradição o identifica com Lucas, o médico que acompanhou o apóstolo Paulo em suas andanças.

Será também nos primeiros séculos do cristianismo que a vida cristã recebe o nome de caminho.

A evangelização (como chamamos hoje) é vista como uma caminhada. E o apóstolo assumiu a caminhada de forma literal. Com certeza sua motivação vinha do seu

mestre que diz: “Vamos para outros lugares, às aldeias vizinhas, para que eu pregue também lá, pois foi para isso que eu saí. Foi, então, pregando nas sinagogas, por toda a Galileia...” (cf. Mc 1,38.39). O próprio apóstolo Paulo, já avançado em idade, chega a confessar, para os irmãos nas comunidades: “Eu trabalhei mais do que todos os outros (cf. 1Cor 15,10) em viagens sem conta” (cf. 2Cor 11,26).

A vida pública do apóstolo Paulo caracteriza-se pelas suas intermináveis caminhadas. Tem-se a impressão de que ele nunca parou por muito tempo no mesmo lugar. A mesma impressão temos do Conselheiro que, no Nordeste, peregrinou durante vinte anos, indo de cidade em cidade, de povoado a povoado. E essa “vida andeja” foi uma “faculdade” para o Conselheiro. As caminhadas ininterruptas fizeram com que ele tomasse contato direto com a miséria dos sertões, vendo e vivendo a real situação dos camponeses nordestinos. Isso constituía um aprendizado, dando-lhe o conhecimento indispensável a sua pregação religiosa e social.

Como o apóstolo Paulo, Antônio Conselheiro passou por um processo de inculturação, assumiu a cultura do povo. Para ambos assumir a cultura do seu povo era seguir o chamado de Jesus que se expressa no testemunho coerente. E que no dizer do bispo Pedro Casaldáliga seria:

Ser o que se é. Falar o que se crê. Crer no que se prega. Viver o que se proclama. Até as últimas consequências e nas pequenas coisas de cada dia. A disposição habitual para o testemunho do martírio (CASALDÁLIGA, 1988, p. 201).

Outro aspecto importante na vida do Conselheiro de Canudos e que foi uma constante na vida e pregação do apóstolo foi o trabalho. O apóstolo Paulo fazia questão de não onerar os fiéis de suas comunidades: “noite e dia trabalhamos para não onerar nenhum de vós, enquanto vos anunciamos o evangelho de Deus (1Ts 2,7.9). O Conselheiro não ficava ocioso e construiu, em várias cidades, inúmeras obras de interesse público.

Nos discursos e na prática o testemunho de fraternidade esteve sempre presente e era algo que acompanhava o Conselheiro. O fervor da partilha animara todos aqueles que se sentiam tocados pela pregação do peregrino. Na realidade se queria viver a experiência relatada no livro dos Atos dos Apóstolos (At 21,14):

A multidão dos crentes tinha um só coração e uma só alma. Ninguém chamava seus os bens, mas tudo era em comum entre eles... Não havia entre eles nenhum necessitado, porque todos os que possuíam campos ou casas vendiam e traziam o resultado da venda e punham-no aos pés dos apóstolos e se repartia para cada um de acordo com as necessidades.

A experiência vivida pelos primeiros cristãos era referência permanente no discurso do Conselheiro. A experiência de Canudos era na prática a vivência de um certo comunismo de bens que criava autonomia e autodeterminação. A principal razão da paz que reinava em Canudos era a produção e distribuição de bens. Em Canudos a terra, as pastagens, os rebanhos e as plantações caracterizavam-se pelo uso coletivo. De fato tentava-se repartir os bens segundo os ensinamentos dos Atos dos Apóstolos.

4.2. Referencial na Utopia de Thomas Morus

Antônio Conselheiro se mostra conhecedor da vida de Thomas Morus e não podia deixar de conhecer a *Utopia*, obra que o imortalizou.

A obra de Thomas Morus faz parte do patrimônio da literatura universal. Thomas Morus escreveu sua *Utopia* durante uma estada em Ambers, em 1515. Encontrava-se ali como emissário especial de Henrique VIII, junto a Carlos V. O título do livro de Morus quer ser um programa: “Sobre o *status* ótimo da república da nova ilha da *Utopia*” (Lovaina, 1516). Nele, Morus expõe um conjunto de ideias de surpreendente atualidade^(*).

O Conselheiro admirava Morus não só pelas suas ideias como também pela obstinação com que as defendeu. Na *Utopia* de Thomas Morus estava a origem histórica e ideológica de Canudos. As ideias de Morus quanto à política interna ou externa mostram-se avançadas. Seu projeto utópico é claro:

Denuncia a ação depredadora dos latifundiários criadores de gado de seu país, que expropriam as terras dos pequenos agricultores com a finalidade de destiná-las à criação de ovinos para a produção de matéria-prima para a nascente indústria têxtil inglesa. Morus fala desse estranho país onde as ovelhas devoram os homens. Declara-se favorável à intervenção planificadora do Estado em matéria de economia. De outra parte, utopia caracteriza-se por um certo comunismo de bens que dispensa a circulação de moeda e por uma racionalização da atividade produtora em todos os níveis. A divisão do emprego do tempo, que vigora na ilha, é de seis horas para o trabalho, três pela manhã e três à tarde, é sete para diversões comunitárias, sendo o resto deixado para o descanso e as reflexões em comum (ECHEGARAY, 1989, p. 54).

A *Utopia* de Thomas Morus dá início a um novo gênero literário, o da ficção política. Entre seus maiores expoentes encontramos Francis Bacon, considerado o filósofo da sociedade industrial.

O pensamento de Morus ia aos poucos influenciando o pensamento de Antônio Conselheiro, até porque era uma linha de pensamento que casava com sua concepção bíblica e com respaldo na realidade do final do século XIX. No tempo de Thomas Morus como no tempo do Conselheiro havia semelhanças na realidade concreta. O setor pecuário esmaga os camponeses, num processo de concentração da propriedade da terra, produzindo como consequência uma massa de deserdados. Tanto a *Utopia* de Thomas Morus como as prédicas de Antônio Conselheiro expressam o descontentamento, a irritação e o protesto diante de uma situação de crescente injustiça social.

A organização igualitária e a comunhão de bens existentes em Canudos nos fazem lembrar o que o próprio Conselheiro, ao se referir a Thomas Morus, nos diz em suas *Prédicas*:

É muito útil considerar-se a eternidade, e esta consideração foi a que fez a muitos varões sábios e prudentes encher as religiões, povoar os desertos, deixar as riquezas e desprezar o mundo. Assim sucedeu a Thomas Morus, chanceler-mor

da Inglaterra, no reinado de Henrique VIII. Foi este ministro condenado à morte por não querer seguir a heresia; e indo lhe falar ao cárcere sua mulher para o perverter, lhe perguntou, aquele sábio: Quantos anos podia viver? Respondeu ela que vinte e ainda mais. Concluiu ele assim: Vindes me persuadir que troque vinte anos de vida por uma eternidade de penas! Se dissésseis vinte mil anos, diríeis muito pouco, pois a respeito da eternidade era nada. E assim sacrificou a vida pela defesa da religião católica (MONIZ, 1988, p. 50).

Para o Conselheiro estamos todos tomados por Deus e não devemos perdê-lo de vista. E esta intensidade da experiência que acontecera com Morus devia acontecer em seu meio. Daí a intensidade de experiência de êxtase místico alia-se com a paixão transformadora da ação política. Ambos propõem um comunismo monacal popular onde a base de tudo é viver na irmandade fazendo o casamento entre a teoria e a prática.

4.3. Referencial na tradição nordestina

O Nordeste tem uma rica tradição que vai na direção da vivência coletiva da terra e de seus frutos. Como a questão social está no interior da questão cultural vemos que são inúmeras manifestações religiosas que apontam na direção do protesto social. Destacamos as experiências de Canudos – Bahia e de Caldeirão – CE entre outras.

Estes grupos afirmaram uma relação contra uma unidade político-cultural imposta pelos poderosos da época. Isso porque a religião popular no Brasil tem duplo aspecto: ela é uma fonte de controle social e um instrumento de mobilização social. Para entendermos a riqueza da tradição nordestina temos que levar em conta o fenômeno do catolicismo popular. Sem esse veio não mergulharemos nessa tradição tão rica em simbologia e humanidade. Com magistral conhecimento o historiador Eduardo Hoornaert nos fala da formação do catolicismo brasileiro considerando três características: a) O catolicismo guerreiro; b) O catolicismo patriarcal; c) O catolicismo popular. Hoornaert nos faz entender que:

Existe um catolicismo popular distinto do catolicismo patriarcal. O povo tem uma cultura própria e podemos mesmo afirmar que o catolicismo popular constitui a cultura mais original e mais rica que o Brasil já produziu durante os quatrocentos e tantos anos de sua história (HOONAERT, 1985, p. 99).

Sem dúvida o catolicismo popular foi o chão onde o beato Antônio Conselheiro plasmou sua missão. E em sua vida de conselheiro (uma prática que faz parte da grande tradição religiosa do povo nordestino) foi rigoroso em delimitar o campo de atuação entre um tipo de catolicismo que acomoda e convive com todo autoritarismo e injustiça. E outro de uma produção religiosa que contesta a ordem social em vigor. Para o Conselheiro a ordem social vigente não corresponde à ordem estabelecida por Deus. Nesse caso, para manter-se fiel a Deus era necessário dedicar-se a orações, mas também pela prática social de contestações no sentido de abrir e criar novos espaços onde reine a comunhão de bens e a vivência fraterna.

Dentro da tradição nordestina a religião exprime uma realidade concreta. E foi essa realidade com características de resistência cultural e organização social que plasmou nordestinos da estirpe de padre Ibiapina, beato Antônio Conselheiro, beato Zé Lourenço e outros.

Em certo sentido podemos dizer que o padre Ibiapina (1806-1883) foi precursor de Antônio Conselheiro. Sabemos que Antônio Maciel (Conselheiro) teve a oportunidade de trocar ideias com o padre Ibiapina e de ouvir inúmeras de suas pregações. Durante certo tempo o Conselheiro seguiu o padre Ibiapina em suas andanças. Foi um discípulo muito atento a tudo. Desde então tomou um caminho próprio e adotou o exemplo e o método missionário do padre mestre Ibiapina.

Padre Ibiapina escolheu a vida itinerante. Estado de vida muito comum aos beatos ou monges que iam de lugar em lugar confirmando as comunidades pobres através de mutirões e pregações. No dizer do padre José Comblin:

Padre José Antônio de Maria Ibiapina foi sem dúvida o maior missionário do interior do Nordeste. O maior pelas viagens missionárias que lhe permitiram irradiar, em cinco Estados do país. O maior pela quantidade das obras que deixou. O maior pela originalidade do seu método missionário. O maior pela concordância e pela sintonia que soube criar entre a sua pregação e a alma do povo do interior nordestino (COMBLIN, 1983, p. 9).

Foi então em fontes como esta que o beato Antônio Conselheiro bebeu. Tanto o Ibiapina como o Conselheiro foram capazes de despertar, na alma dos sertanejos, energias que ninguém antes tinha sido capaz de mobilizar. O método de ambos era muito parecido. Mutirões para construir Igrejas, cemitérios, e açudes. Pregações para conclamar o povo a viver uma vida para Deus e para os irmãos. Eram dois construtores. Ibiapina se notabilizou pelas vinte e duas casas de caridade espalhadas por vários Estados do Nordeste.

Antônio Conselheiro aprendeu com o padre Mestre Ibiapina que para evangelizar o Nordeste era preciso assumir a cultura religiosa tradicional, a partir da religião popular e com os recursos locais. Por falta de inculturação, certos métodos missionários não foram assimilados pelo povo nordestino.

Conclusão

Destruíram Canudos! Construíram o quê? Um requinte de perversidade banhou Canudos de sangue inocente. No dia 5 de outubro de 1897, o comandante da vitoriosa 4ª Expedição mandou queimar o que ainda restava do povoado de Canudos. O historiador Eduardo Hoornaert ao se referir ao fato denuncia: “eis a ordem do dia: não ficar pedra sobre pedra, um silêncio sepulcral há de cobrir os imensos vazios, e fazer esquecer para sempre a vergonha de tudo o que aqui aconteceu” (HOORNAERT, 1997, p. 9).

Mas a história, um dia, sempre denuncia o que foi escondido. Os poderosos têm os pés de barro. A verdade estava do lado do povo de Canudos e do “Bom Conselhei-

ro”. Se toda verdade é revolucionária Canudos fez uma revolução a partir do grito da terra. Canudos foi afirmação da terra e trabalho que gera vida para todos.

O tema de Canudos é uma recorrência bíblica. É um eco do retrato das primeiras comunidades cristãs relatadas no livro bíblico dos Atos dos Apóstolos. A luta de Canudos contém a razão mais elementar para acontecer, isto é, confunde-se com a luta dos pequeninos para sobreviver. E o povo que se organiza e luta continua a história do povo da Bíblia. Lutar pela terra de Deus. E por este ideal Canudos lutou até o fim. Segundo testemunhas em Canudos não se passava nada anormal: “plantavam, colhiam, criavam, edificavam e rezavam”. A fé bíblica do Conselheiro e do povo de Canudos afirmaram na prática que “só Deus é grande”.

O povo de Canudos viveu um sonho. Mostrou um olhar diferenciado no contexto do final do século XIX. Fez uma grande romaria até o sertão da Bahia. Viveu em comunidade fraterna e mostrou um caminho. Viveu a religião como um caminho de vida.

Bibliografia consultada

- AZZI, Riolando. *História da Teologia na América Latina*. São Paulo: Paulinas, 1981.
- BÍBLIA DE JERUSALÉM. São Paulo: Paulinas, 1985.
- CABRAL, Newton Darwin de Andrade. *O Cimento Religioso e a Consolidação de Canudos*. Trabalho apresentado ao professor Ariano Vilar Suassuna, titular da cadeira de História da Cultura Brasileira na UFPE, 1985.
- CÂMARA, Hélder. Citado em Boff, Leonardo. *Do lugar do pobre*. Petrópolis: Vozes, 1984.
- CASALDÁLIGA, Pedro. *Na Procura do Reino*. Antologia de Textos – 1968/1988. São Paulo: FTD, 1988.
- COMBLIN, José. *Padre Ibiapina*. Coleção Homens e Mulheres do Nordeste. São Paulo: 1983.
- CONSELHEIRO, Antônio. “Prédicas aos Canudenses e um Discurso sobre a República”. Belo Monte, 1987. In: NOGUEIRA, Ataliba, *Antônio Conselheiro e Canudos*, 2ª edição, São Paulo, Nacional, 1978, p. 47-190.
- CNBB, *Igreja e Problemas da terra*. Petrópolis, Vozes, 1981.
- ECHEGARAY, Hugo. *Utopia e Reino na América Latina*. São Paulo: Loyola, 1989.
- HOORNAERT, Eduardo. *Os anjos de Canudos*. Uma revisão histórica. Petrópolis: Vozes, 1997.
- FREIRE, Paulo. *Pedagogia do oprimido*. 13. ed. São Paulo: Paz e Terra, 1984.
- GOMES, Roberto. *Crítica da Razão Tupiniquim*. 7. ed. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1984.
- HOORNAERT, E. *O cristianismo moreno no Brasil*. Petrópolis: Vozes, 1991.
- _____. *Formação do catolicismo brasileiro*. Petrópolis: Vozes, 1985.

LEERS, Bernardino. *Jeito brasileiro e norma absoluta*. Petrópolis: Vozes, 1982.

MARX, K. e ENGELS, F. *A Ideologia Alemã*. São Paulo: Ciências Humanas, 1982.

MONIZ, Edmundo. *A luta pela terra*. 6. ed. São Paulo: Global, 1988.

OLIVEIRA, Pedro A. Ribeiro de. *Religião e dominação de classe, gênese, estruturação e função do catolicismo romanizado no Brasil*. Petrópolis: Vozes, 1985.

PEREGRINO, Artur. *A Voz do Sangue que Clama da Terra: 500 Anos da Evangelização e a Terra Cativa*. Recife: 1992 (Mimeo).

PUEBLA. *Evangelização no presente e no futuro da América Latina*. Texto Oficial. São Paulo: Paulinas, 1979.

BARROS, Marcelo; PEREGRINO, Artur. *A Festa dos Pequenos, Romarias da Terra no Brasil*. São Paulo: Paulus, 1996.

STACCONI, G. Gramsci. *Bloco Histórico e Hegemonia*. Recife: Pastoral Universitária – CNBB. NE II. Jun. 1982.

Artur Peregrino (José Artur Tavares de Brito)
E-mail: arturperegrino@unicap.br